

Liane Schneider
Universidade Federal da Paraíba

“Contando histórias feministas” e a reconstrução do feminismo recente

Resumo: Este ensaio propõe uma discussão do artigo de Claire Hemmings “Telling Feminist Stories”, publicado pela *Feminist Theory*, buscando verificar de que forma a história construída-desconstruída que a autora do artigo apresenta sobre o feminismo recente encontra ou não ecos na circulação de textos feministas considerados fundamentais para a própria estruturação teórica da área. Também discutimos como a utilização de alguns textos representativos influencia a consolidação de teorias do feminismo na contemporaneidade, principalmente aquelas afinadas com perspectiva pós-estruturalista. Discutimos as teses defendidas pela autora, buscando exemplificar nossa concordância ou discordância em relação aos argumentos fundamentais apresentados ao longo do texto através de exemplos crítico-literários.

Palavras-chave: feminismo; pós-estruturalismo; história; teoria.

Copyright © 2009 by Revista Estudos Feministas.

Introduzindo a história sobre “Telling Feminist Stories”

O principal argumento de Claire Hemmings ao longo de seu artigo “Telling Feminist Stories”, publicado originalmente na revista *Feminist Theory*,¹ é o de que há uma narrativa dominante no que se refere à forma como a história da teoria feminista ocidental foi e é contada, principalmente no que diz respeito à segunda onda do movimento; tal compreensão dominante simplificaria exageradamente o desenrolar bastante complexo dos feminismos ocidentais, fixando autoras e perspectivas dentro de décadas isoladas, geralmente apresentando as feministas pós-estruturalistas como as *primeiras* a desafiar e suspeitar da categoria “mulher” como sujeito e objeto do conhecimento feminista, insistentemente apresentado no singular. Hemmings defende que, apesar de podermos nos alinhar e buscar nossas bases teóricas nesta ou naquela década, de acordo com este ou

¹ HEMMINGS, 2005. O texto traduzido está sendo publicado nesta edição da REF e as citações aqui utilizadas são desta tradução (HEMMINGS, 2009).

aquele paradigma, dificilmente conseguiremos fugir a essa cronologia exageradamente repetida sobre os desdobramentos dessa história sobre o feminismo na segunda metade do século passado, que, mesmo pretendendo organizar o pensamento sobre nossas evoluções e involuções, nossos progressos e nossas perdas, acabou por achatá-lo, simplificá-lo e até empobrecer o debate que envolveu o feminismo recente. A autora, a nosso ver muito apropriadamente, indica que tais visões generalistas e simplificadoras apagam as marcas dos constantes debates, das tensões que sempre se fizeram presentes ao longo da construção do feminismo contemporâneo.

De fato, ao se fazer uma revisão da prática docente e das produções e publicações de tantas/os estudiosas/os a princípio comprometidas/os com as propostas feministas, percebe-se algo refletindo a preocupação de Hemmings quanto à simplificação e/ou segmentação exagerada do que se supõe conhecer sobre a história do feminismo. Após décadas de debate, em salas de aula repletas (ou nem tanto) de jovens alunas e alunos interessados, entre outros tópicos, na reconstrução dos percursos feministas, muitas vezes se reconhece (através das aulas que professoras e professores ministram ou dos textos que produzem) uma tendência a 'facilitar' a compreensão quanto aos períodos e etapas fundamentais para a estruturação do pensamento feminista, atitude responsável por resumir de forma grosseira o que exigiria leituras e debates muito mais detalhados. Nessa direção, professoras e teóricas abordariam *en passant* a obra de Woolf e Beauvoir, chegando mais rapidamente aos anos 70, 80 e 90 – algumas poucas frases, noções teóricas básicas sobre cada um desses períodos (por exemplo, "igualdade", "identidade" e "diferença", respectivamente), seguindo uma cronologia predeterminada, o que resultaria num estreitamento da visão geral sobre o passado; só seria analisada mais detalhadamente aquela etapa/autora/narrativa escolhida para foco de nossa pesquisa particular, ficando todo o restante – as outras décadas, as outras escrituras e contradições ou pontos de tensão teórica – destilado por um introito breve. Assim, o ritmo alucinante da produção acadêmica contemporânea não se perderia em elucubrações não necessárias ao núcleo do que se pretende discutir. Nesse ritmo, quase que inconscientemente, estar-se-ia reforçando certo senso comum sobre as diversas histórias do pensamento feminista, que, constantemente repetido, assumiria o papel de um chavão aceito *per se*, que permitiria a criação e manutenção de atalhos. Claro que cabe aqui ser questionado se outras áreas do conhecimento e teorias atreladas também não sofreriam dessa tendência ao encurtamento da história a ser recons-

truída sobre o passado teórico que as antecedeu. Será que um estudante interessado, por exemplo, na psicanálise lacaniana também não percorrerá um pouco mais apressadamente do que o desejável os caminhos pré-freudianos, e, quem sabe, até os passos de Saussure e Freud? Em um momento em que tudo, inclusive a extensão dos nossos cursos de Mestrado e Doutorado, tem sido desafiado pela vertiginosa velocidade – de leitura, de absorção, de formação e conclusão – seremos apenas nós, as feministas, que estariam fazendo alguns 'atalhos teóricos' e simplificações (que talvez nem sejam tão gritantes quanto suspeita a autora do artigo) ao propor discussões com nossos alunos e colegas, ou na produção de nossos textos?

De qualquer maneira, Hemmings defende que há aí um inegável perigo – o de ocorrer um empobrecimento do debate feminista na atualidade –, sendo sua preocupação maior voltada à repetida oposição entre o que se perdeu e o que vingou ao longo do debate. Segundo a autora, talvez o foco aqui devesse estar centrado na pergunta fundamental – quais partes dessa história, desse senso comum, são tantas vezes repetidas que essa história passa como que a falar por nós ou por si mesma? Quais os efeitos dessa prática? Vale mencionar, porém, que o interesse principal de Hemmings não é *corrigir* a história contada, e, sim, analisar sua *tecnologia*, como ela é construída e se mantém, e quais sujeitos feministas se constroem a partir dela.² O que importa é verificar como a forma de contar, de reconstruir, de relatar o ocorrido determina a identidade de quem relata. Hemmings se mostra indignada com o fato de a década de 70, por exemplo, ter sido retratada de forma tal que foi apagado ou negado o forte debate então desenvolvido em torno de conceitos de gênero, raça e sexualidade. Além disso, a autora também insinua que o objetivo de estudos ou textos que sigam essa proposta de imediatismo ao historiar o passado seria o de chegar o mais rápido possível à fase que é atualmente percebida por muitas feministas (inclusive a própria autora) como a mais promissora em termos teóricos – a da diferença, da fragmentação, da desconstrução de noções essencialistas de identidade. Contudo, essa fase não pode ser apoiada na negação do que a precedeu, sob pena de ficar fragilizada. Portanto, Hemmings identifica e, de certa forma, associa essas simplificações da história do feminismo ocidental com o fortalecimento das abordagens pós-estruturalistas dentro dos estudos teóricos feministas. Contudo, tal compreensão das relações entre outras teóricas e as teorias pós-estruturalistas seria bastante limitada, isolando tal vertente teórica de todos os outros desdobramentos de ideias dentro do campo do feminismo acadêmico. É como se admitíssemos que, a fim de conseguir

² HEMMINGS, 2009, p. 218.

nos apropriarmos das perspectivas pós-estruturalistas, tivéssemos de renegar a trajetória anterior, desqualificando-a, o que novamente indica uma má compreensão das bases teóricas do momento contemporâneo como um todo.

Anos 70, 80 e 90: identificando inquietações nada isoladas

O artigo de Hemmings apropriadamente sinaliza que repetir a ideia de que a década de 70 foi um período exclusivamente marcado pela homogeneidade, pelo essencialismo, sem que se faça qualquer referência a discussões (ainda que incipientes) sobre diversidade e diferença, realmente desestimula a leitura de teorias e críticas desenvolvidas à época. Ou seja, cria-se aí um território de perdas, de material descartável que não mereceria revisões. Concordamos com Hemmings quando aponta que, ao revisitar várias das autoras e das perspectivas formuladas ao longo dos anos 70, verifica-se até certa efervescência; muitas vezes, por preconceito ou desinformação, tudo que foi produzido no período é excluído do foco central ou renegado pelas pesquisas contemporâneas. Esse tipo de discurso apaga qualquer possibilidade de que, através de buscas historiográficas e genealógicas, se encontrem ganchos entre problematizações desenvolvidas inicialmente naquela década e que vieram a tomar forma durante a virada pós-estruturalista.

Na verdade, ao contrário do que se poderia concluir a partir de tal senso comum, se nos debruçarmos sobre algumas das produções teóricas feministas dos anos 70, percebemos de imediato que não havia nada de estável e homogêneo nas discussões de então, mesmo que houvesse um conceito amplo e geral de “mulher” em uso. Em 1969, Kate Millet publicava uma das poucas teses de doutoramento que se tornou campeã de vendas ao longo da história: *Sexual Politics*.³ Shulamith Firestone, em 1970, publicou *The Dialectic of Sex*,⁴ outra referência fundamental para a estruturação do pensamento feminista a partir de perspectivas voltadas às relações entre os sexos. Além disso, toda a discussão que as feministas da época desenvolveram questionando os conceitos dominantes de sanidade e insanidade, bastante prejudiciais a qualquer mulher que não se afinasse com os padrões de feminilidade impostos, já previa o olhar preconceituoso sobre a mulher diferente – a lésbica, a analfabeta, a pobre, a não branca, a discriminada em qualquer termo. Nesse sentido, Barbara Rigney com *Madness and Sexual Politics in the Feminist Novel*,⁵ Phyllis Chesler e seu estudo *Women and Madness*,⁶ Shoshana Feldman em “Women and Madness: The Critical Phallacy”,⁷ todas contribuíram enormemente para questões

³ MILLET, 1969.

⁴ FIRESTONE, 1970.

⁵ BARBARA, 1978.

⁶ CHESLER, 1973.

⁷ FELDMAN, 1975.

⁸ RICH, 1979 e 1976.

que permitiram, já naquele momento, desconstruir identidades unificadas e impostas a todas as mulheres como condição para que essas continuassem a ser percebidas como "mulheres". Além disso, consideremos ainda que Adrienne Rich, exatamente na década de 70, publicava seus primeiros textos questionando o instinto materno e o lugar da mulher dentro do patriarcado, trazendo à baila o debate sobre a normatividade heterossexual imposta. Seus livros *On Lies, Secrets and Silence* e *Of Woman Born: Motherhood as Experience and Institution*⁸ indicam seus fundamentos nada essencialistas no que se refere ao "ser mulher". Portanto, nos parece, de fato, que as simplificações referentes ao período dos anos 70 se devem à má compreensão ou à desinformação do contexto geral do feminismo ao longo do século XX ou ainda à necessidade de desvalorizar o passado a fim de enaltecer o presente.

⁹ CHOW, 2006, p. 195.

Se observarmos mais detalhadamente, já nos anos 60, e ainda na década de 70, o que vigorava na academia era o estruturalismo; daí a importância de se discutir o pós-estruturalismo em relação ao que o precedeu, inclusive porque o pós-estruturalismo não rompe totalmente com a lógica estruturalista, mas a estende para além de seus limites. Rey Chow, em seu artigo "Poststructuralism: Theory as Critical Self-Consciousness",⁹ demonstra sua concordância com Foucault, quando este afirma que os intelectuais estruturalistas das décadas de 50 e 60 tinham um ponto em comum em suas pesquisas: uma necessidade de marcar oposição às elaborações filosóficas anteriores, que se centravam na afirmação teórica da primazia do sujeito. A partir dos estudos estruturalistas e, muito mais acentuadamente, dos pós-estruturalistas, essa centralidade do ser humano passa a ser questionada. Pensando nos questionamentos quanto a uma noção homogênea de sujeito (masculino), que funcionava de acordo e em sintonia com os antigos binarismos hierarquizados, pode-se afirmar que as teóricas feministas daquelas décadas já visualizavam sementes da fragmentação do sujeito que viriam a ser mais detalhadamente elaboradas posteriormente. É claro que tais debates foram se desdobrando, – inicialmente questionando a subjetividade masculina como padrão social, que excluía a diferença das mulheres em relação aos homens, discussão bastante frequente no início dos anos 70; contudo, não se pode deixar de reconhecer que já aí a questão da diferença em si está posta. Se ainda não surgia claramente a diferença *entre* mulheres e outras problematizações de identidade e de posição de elocução, isso se deve ao fato de que o coletivo "mulheres" e/ou "feministas" ainda estava se autoafirmando – primeiramente de forma idealizada, prevendo uma irmandade incondicional que aproximava

'todas' as mulheres, e, depois, por uma fragmentação dessa unidade e uma noção da impossibilidade de se atingir uma homogeneidade entre mulheres feministas, com objetivos absolutamente comuns. Vale nos questionarmos se sem essas etapas teríamos chegado ao estágio contemporâneo do debate teórico feminista – pelo menos a princípio mais inclusivo, mais plural e menos essencialista do que aquele debate que se desenvolveu nas fases anteriores. Aliás, valeria nos perguntarmos também sobre com que intensidade os debates daquelas décadas impregnam as posições contemporâneas mais afinadas com o pós-estruturalismo.

Por outro lado, Hemmings aponta que há discursos que reagem ao presente através de uma volta ao passado; nesse sentido, o essencialismo do passado tem de ser marcado hoje como involuntário ou ingênuo, a fim de que se possa sentir um saudosismo sem culpa daqueles tempos em que as coisas estariam mais tranquilas, em seus lugares. Por essa visão saudosista e simplista, aquelas décadas iniciais da segunda onda do feminismo representaram uma fase mais pueril do feminismo, apenas isso – um degrau que precisou ser percorrido. Ao contrário, Hemmings defende que “semelhança” e “diferença” são e sempre foram conceitos tão próximos e vinculados que ela própria só consegue usá-los em um só eixo: “semelhança-diferença”, um termo dependendo do outro e o sinal gráfico que os delimita indicando a separação temporal e hierárquica estabelecida entre os mesmos.¹⁰

¹⁰ HEMMINGS, 2009, p. 223.

Verificando produções acadêmicas: um corpus que fala por si e por nós

Em seu artigo, Hemmings verifica a construção da estória do feminismo recente em publicações acadêmicas, principalmente em periódicos da área de estudos feministas de abordagem interdisciplinar, bem como da área de estudos culturais; nesse sentido, a autora analisa como as citações utilizadas em tais periódicos internacionalmente conhecidos e respeitados garantem um formato de relato que funciona como um prelúdio (e um chavão) da estória sobre o feminismo. Pode-se, através da metodologia apresentada pela autora, supor que tais publicações indicam o que foi ou não aceito por pareceristas dos periódicos mencionados (já que ela não volta sua atenção para as/os autoras/es em particular), o que nos fornece indícios quanto a quais estórias do feminismo foram aceitas e reforçadas nas últimas décadas, inclusive por comitês editoriais.

Segundo Hemmings, a maneira encontrada para se compreender a estória do feminismo através de tempora-

¹¹ HEMMINGS, 2009, p. 224.

lidades específicas, separadas por décadas percebidas como isoladas, sem comunicação entre si, implica a ideia de que haveria um 'agora' inclusivo dentro da arena feminista, obviamente em oposição a um 'antes' excludente. Essa visão tende a olhar com bons olhos as teorias de cunho pós-estruturalista; contudo, demonstra isso através de uma leitura um tanto rasa do passado, não percebendo conexões entre os momentos diversos. É importante destacar que entre os anos 70 e os 90 houve uma década bastante importante e em nada desvinculada dos debates que a antecederam e a seguiram – os anos 80.¹¹ Os últimos anos da década de 70 e a década de 80 tiveram, entre outros, o papel de preparar o que viria posteriormente, construindo os pilares da crítica ao feminismo branco e heterossexual. A fim de ilustrar isso, basta mencionar a produção das "mulheres de cor" (ou "women of colour") nos Estados Unidos, apresentada especialmente em antologias a partir do final da década de 70, tais como *This Bridge Called My Back*. Hemmings indica que, para que os anos 90 pudessem surgir com a marca de uma inovação que ultrapassasse as particularizações do passado, as margens entre décadas foram intencionalmente mantidas e reiteradas, ainda que tal organização linear não tenha sido muito fidedigna à forma como os desenvolvimentos teóricos se desdobraram. Assim,

¹² HEMMINGS, 2009, p. 229.

[...] um feminismo essencialista universalizado é direta ou indiretamente associado aos anos 70, e críticas raciais e sexuais são contidas nos anos 80 para que o pós-estruturalismo possa, finalmente, superar o essencialismo e incorporar as identidades associadas à diferença sexual, sexualidade e raça.¹²

Portanto, só seria possível apresentar a visão pós-estruturalista como 'salvadora' do discurso feminista na atualidade através de uma perspectiva que, de fato, simplificou os outros discursos feministas que a antecederam.

Todas as citações que Hemmings traz de periódicos ao longo do seu texto, como *Critical Inquiry*, *Feminist Studies*, *Gender, Place and Culture*, *Theory, Culture & Society*, apresentando um leque do que foi publicado nas últimas décadas em produções de cunho feminista, ilustram essa segmentação e interpretação da estória do feminismo por década. Dessa forma, os anos 80 seriam apenas uma ponte entre os (indesejáveis) conceitos essencialistas dos anos 70 e os (promissores) debates dos anos 90. Por essa perspectiva, identificar-se com textos dos anos 70 seria quase como aceitar ser taxada de jurássica, racista e heterossexista. De acordo com tal lógica, o pós-estruturalismo feminista teria absorvido o melhor dos debates anteriores e seria a grande saída teórica para o novo século, ainda que, para tanto,

vários dos textos sobre o feminismo racialmente marcado – crítica desenvolvida inicialmente por teóricas negras no contexto estadunidense a partir dos anos 80 – tenham de ser negados ou escondidos a fim de apenas tornarem-se visíveis nos anos 90, sem levar os louros como “potencial teórico promissor”, rótulo geralmente atrelado ao pós-estruturalismo. Como bem aponta Ann Ducille em seu artigo “On Canons: Anxious History and the Rise of Black Feminist Literary Studies”,

nossa incessante incapacidade de reconhecer a longa história da agitação e das escrituras produzidas pelo feminismo negro tem consequências reais para todo o pensamento e ativismo feminista contemporâneo, tanto para os discursos feministas *mainstream* quanto para a teoria e a crítica feminista negra.¹³

¹³ DUCILLE, 2006, p. 30.

Portanto, o que ocorreu em relação ao debate feminista desenvolvido anteriormente foi uma negação do fato de que debates sobre raça e diferença já eram desenvolvidos nos anos 80, o que acabou dando maior destaque a discussões mais explícitas sobre essa temática na década de 90.

Haveria estrelas no céu do feminismo pós-estruturalista?

Hemmings aponta que teóricas mais identificadas com os anos 90, como Butler, Spivak e Harraway, seriam frequentemente citadas como tendo fortes e definitivas relações com as teorias de Foucault, Lacan e Derrida, e muito menos frequentemente com a obra de autoras como Irigaray e Wittig, apesar de, por exemplo, perceber-se em *Gender Trouble*¹⁴ o quão intimamente Butler dialoga com essas últimas.¹⁵ Portanto, Butler, Spivak e Harraway, a fim de serem respeitadas como os ‘grandes nomes’ (ou como as “estrelas” da atualidade, segundo Rachel Torr) da vertente pós-estruturalista a partir dos anos 90, viram seus laços cortados com a produção de outras teóricas feministas – foi assim que elas se tornaram aparentemente mais vinculadas a questões da “diferença” do que a questões “específicas do feminismo”, pelo menos aos olhos da crítica cultural e literária dominante. Conforme argumenta Hemmings, essas três autoras passaram a ser citadas como teóricas em que o gênero pouco importa – são teóricas aparentemente sem marca de pertencimento, representando um tipo de corte com aquela teoria feminista mais preocupada com o agenciamento e localização. A desconstrução que Harraway, por exemplo, desenvolve teria como fonte inspiradora apenas as teorias de Derrida, o que a vinculária

¹⁴ BUTLER, 1990.

¹⁵ HEMMING, 2009, p. 228-229.

¹⁶ HEMMINGS, 2009, p. 227-228 e 235.

mais com a filosofia e o pós-estruturalismo do que com a teoria feminista em si. Para criar todas essas possibilidades de imaginação e explanação sobre o feminismo, Hemmings considera fundamental pensar-se seriamente sobre as referências e citações que utilizamos em nossos textos e apresentações. Por exemplo, ligar os trabalhos de Butler, Haraway e Spivak à morte do feminismo, suas vozes sendo marcadas como "o outro" do discurso feminista, apenas prejudicaria a compreensão e valorização desse campo de discussão formado pelas agendas feministas, acadêmicas ou não.¹⁶ O que se percebe em tais generalizações sobre as novas abordagens teóricas do pós-estruturalismo é, mais uma vez, o apagamento, por comparação, de outras concepções bem mais antigas e dos ricos diálogos sobre diferença, conhecimento e poder que não deveriam ser desconsideradas ao longo da história do feminismo, inclusive sob uma perspectiva feminista pós-estruturalista, pois isso ofuscaria o brilho do debate.

Hemmings indica, assim, como se constroem visões de sucesso ou de fracasso sobre o feminismo recente. As já mencionadas generalizações e simplificações sobre os anos 70 acabam por nos afastar do passado, indicando que a discussão sobre identidade estaria atrelada a apenas uma fase recente da teoria feminista, numa visão linear de desenvolvimento; ao mesmo tempo, o pós-estruturalismo apareceria como totalmente desprovido de qualquer interesse político. A pergunta que não cala ao longo do texto de Hemmings é: como poderia a teoria feminista gerar uma proliferação de histórias sobre seu passado recente que refletisse mais apropriadamente a diversidade de perspectivas? Como poderíamos refazer a relação entre as partes que constituem o feminismo para permitir que elementos quase fantasmas dessa história pudessem tomar forma? Podemos reconstruir os caminhos da história do feminismo de outra forma? Tais perguntas postas por Hemmings¹⁷ clamam por novas análises do campo editorial feminista, do mundo acadêmico e das relações desse com outros movimentos de cunho social.

¹⁷ HEMMINGS, 2009, p. 235.

Considerações finais

Hemmings defende finalmente que deveríamos buscar as conexões, e não apenas as descontinuidades, entre vertentes teóricas diferentes ao longo da história do feminismo recente – em outras palavras, não separar o pensamento feminista por décadas estanques, e, sim, ver os fluxos, as continuidades,¹⁸ apesar das inegáveis rupturas. Assim, teríamos de verificar quem de importante tem ficado fora das citações e referências nos últimos anos. Por exemplo,

¹⁸ HEMMINGS, 2009, p. 235-236.

o que se perde (ou qual a inverdade envolvida) ao se defender que Butler teria se inspirado exclusivamente em Foucault, e jamais em Wittig, para o desdobramento de suas teorias? Qual compreensão do feminismo subjaz a essa afirmação? Não haveria aí um apagamento de todo o debate formulado a partir da perspectiva das teorias *queer*? A partir de análises desse tipo, a história do feminismo poderá ser reconstruída de outra maneira. Somente então vamos observar como é limitada a visão do que se *pensa* saber sobre a história do feminismo e de seus grandes nomes. E poderemos imaginar o passado feminista de forma diferente, “uma série de contestações e relações, e não um processo linear de deslocamento”.¹⁹

É importante, ao final da apresentação de nossas considerações sobre o artigo de Hemmings, indicar o diálogo estabelecido entre essa autora e outras teóricas a partir da publicação de “Telling Feminist Stories” pela *Feminist Theory*, em 2005. Em 2007, portanto dois anos após a publicação do texto, a *Feminist Theory* publica um artigo bastante impertinente de Rachel Torr²⁰ questionando vários aspectos dos desdobramentos quanto à história do feminismo apresentados por Hemmings, bem como a metodologia utilizada em seu artigo. Há outros textos publicados pelo periódico que também discutem as abordagens da autora, mas o mais exasperado nos parece ser mesmo o de Torr. No mesmo volume de 2007, a *Feminist Theory* publica uma espécie de réplica de Hemmings ao artigo de Torr. O debate estabelecido entre as duas estudiosas colabora, sem dúvida, com o esclarecimento de alguns pontos levantados por Hemmings. Em sua resposta a Torr, Hemmings esclarece que em “Telling Feminist Stories” há, de fato, uma tensão entre sua rejeição entre contar uma história mais correta (e ainda não contada) sobre o passado do feminismo recente e, ao mesmo tempo, não conseguir acreditar que exista tal relato ‘final’. Contudo, a autora aponta que uma história pretensamente mais correta e confiável deve, sim, ser constantemente buscada.²¹ Reafirma, em seguida, que as histórias (infelizmente apresentadas como autoexcludentes) do desenvolvimento ou das perdas da teoria feminista ocidental não conseguem dar conta da complexidade da história do feminismo como um todo.²² Um dos problemas, a seu ver, reside no fato de se deslocar ou isolar estudiosas como Butler, Spivak e Haraway de trajetórias feministas das quais essas certamente fazem parte. Ao mesmo tempo, Hemmings esclarece que não acredita que haja uma história comum que possa responder aos problemas do presente político do feminismo. “Só poderemos conhecer que tipo de história pode ser útil observando os múltiplos apagamentos (históricos e contemporâneos) do presente.”²³

¹⁹ HEMMINGS, 2009, p. 236.

²⁰ Rachel TORR, 2007, definindo-se como identificada com uma disciplina específica, a Sociologia, questiona as posições interdisciplinares defendidas por Hemmings, que estariam mais afinadas com a perspectiva pós-estruturalista. A seu ver, o que a teoria feminista e, consequentemente, as produções da área precisam é de rigor, de métodos precisos de análise com claras definições quanto ao lugar a partir do qual se fala e quais são as etapas em desenvolvimento no discurso que se constrói.

²¹ HEMMINGS, 2007, p. 69.

²² HEMMINGS, 2007, p. 70.

²³ HEMMINGS, 2007, p. 73.

A autora ainda aponta que sua utilização de Butler, Haraway e Spivak pretende destacar que essas fazem parte, sim, da trajetória feminista, apesar das rupturas que apresentam a partir de determinado momento – na verdade, é nessas rupturas que se pode analisar as guinadas teóricas contemporâneas, isso sem renegar o passado. Na verdade, a forma como essas autoras são citadas indica muito sobre os caminhos recentes do feminismo e das teorias a ele atreladas. Não há como negar o lugar de destaque que Butler, Haraway e Spivak assumiram dentro dos debates feministas das últimas décadas; porém, seria interessante verificar por quais motivos suas ideias aparentam ser tão desconectadas do que foi anteriormente produzido pelas feministas do passado. Ao mesmo tempo, essas três “estrelas” apontadas por Torr, ao serem analisadas dentro do campo mais amplo da teoria feminista, trazem à tona a questão do feminismo lésbico, que ficaria apagado se tais nomes só surgissem alinhados com Foucault ou Derrida. Portanto, é por dialogarem com as propostas do feminismo, dando pontos de sustentação às teorias *queer* da atualidade, que tais autoras indubitavelmente têm seu lugar assegurado no campo das teorias feministas contemporâneas, pós-estruturalistas ou não. Talvez se deva a esse fato a referência que Hemmings faz às questões *emocionais e afetivas* envolvidas nas histórias que contamos sobre o feminismo recente. Conforme Andre Lorde, nosso investimento emocional e nossos laços comunitários permitem que outras histórias, tidas como marginais, surjam e sejam reforçadas. Portanto, nossa ‘emoção feminista’ determina o que contamos e de que forma construímos nossos relatos sobre o feminismo.²⁴ Sem dúvida, a história que Hemmings busca construir sobre o feminismo, dando destaque a abordagens teóricas marcadamente pós-estruturalistas, não indica alguns poucos nomes como ‘estrelas isoladas’ num firmamento feminista idealizado, e, sim, considera as problematizações feministas contemporâneas (quanto à identidade, diferença, alteridade, diversidade) como elementos que compõem a história que, muito em breve, será contada sobre o feminismo atual – uma historiografia em construção, em que a imaginada vergonha em relação ao essencialismo do passado e o embaraço quanto ao suposto relativismo do presente não terão lugar, pelo menos não o lugar central que lhes foi destinado nos tempos em que o maniqueísmo imperava. Butler, Haraway e Spivak serão, por esse viés, nomes que se intercalarão com outros tantos, como os de Anzaldúa, Moraga, Rich, Lord – progresso e perda, deixando de ser pontos fixos e estagnados de uma história pendular, passam a representar o contínuo movimento das marés de um feminismo que se permite recuos e avanços

²⁴ LORDE citada por HEMMINGS, 2009, p. 221.

nos caminhos de uma historiografia mais eclética e, por isso mesmo, mais promissora.

Referências bibliográficas

- BUTLER, Judith. *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*. London: Routledge, 1990.
- CHESLER, Phyllis. *Women and Madness*. New York: Avon books, 1973.
- CHOW, Rey. "Poststructuralism: Theory as Critical Self-Consciousness." In: ROONEY, Ellen (ed.). *Feminist Literary Theory*. Cambridge: Cambridge UP, 2006. p. 195-210.
- DUCILLE, Ann. "On Canons: Anxious History and the Rise of Black Feminist Literary Studies." In: ROONEY, Ellen (ed.). *Feminist Literary Theory*. Cambridge: Cambridge UP, 2006. p. 29-52.
- FELDMAN, Shoshana. "Women and Madness: The Critical Phallacy." *Diacritics*, v. 5, n. 4, Winter 1975. p. 2-10.
- FIRESTONE, Shulamith. *The Dialectic of Sex*. New York: Bantam Book, 1970.
- HEMMINGS, Clare. "Telling Feminist Stories." *Feminist Theory*, v. 6, n. 2, 2005. p. 115-139.
- _____. "What Is a Feminist Theorist Responsible for? Response to Rachel Torr's 'What's Wrong with Aspiring to Find Out What Has Really Happened in Academic Feminism's Recent Past?'" *Feminist Theory*, v. 8, n. 1, 2007. p. 69-76.
- _____. "Telling Feminist Stories". *Revista Estudos Feministas*, v. 17, n. 1, p. 215-241, 2009.
- MILLET, Kate. *Sexual Politics*. London: Virago, 1969.
- RICH, Adrienne. *Of Woman Born: Motherhood as Experience and Institution*. New York: W.W. Norton & Company, Inc., 1976.
- _____. *On Lies, Secrets and Silence*. New York: W.W. Norton & Company, Inc., 1979.
- RIGNEY, Barbara. *Madness and Sexual Politics in the Feminist Novel*. London: Wisconsin UP, 1978.
- TORR, Rachel. "What's Wrong with Aspiring to Find Out What Has Really Happened in Academic Feminism's Recent Past?" Response to Clare Hemmings "Telling Feminist Stories". *Feminist Theory*, v. 8, n. 1, 2007. p. 59-67.

[Recebido em abril de 2009
e aceito para publicação em maio de 2009]

"Telling Feminist Stories" and the Reconstruction of the Recent Feminism

Abstract: This essay discusses the article "Telling Feminist Stories" published by Claire Hemmings in *Feminist Theory*, trying to verify the ways through which the construction/deconstruction of the story of recent feminism discussed by the author influences (or not) the more frequent circulation of some texts considered fundamental for the structuring of feminist studies. We also discuss the way references influence the consolidation of specific theories, mainly those connected to the poststructuralist perspective. We discuss the main points defended by the author, exemplifying our agreement or disagreement through examples taken from the critic-literary sphere.

Key Words: Feminism; Poststructuralism; Story; Theory.